

A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: uma discussão introdutória

The Symbolic Dimension of Gender Violence: an introductory discussion

Romeu Gomes

Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

romeu@iff.fiocruz.br

Resumen

O estudo tem como objetivo analisar a dimensão simbólica da violência de gênero, visando contribuir para a elaboração de princípios para se lidar com a problemática. Trata-se de uma discussão introdutória para que ações de enfrentamento da violência de gênero sejam promovidas. A partir dessa perspectiva, inicialmente são apresentados subsídios para que as categorias gênero e masculinidade sirvam de base para se compreender a dimensão simbólica da violência no contexto das relações gênero. Em seguida, focaliza-se a violência simbólica no sentido de dar uma visibilidade maior para instâncias da violência de gênero que não são reconhecidas como tal. Por último, apresento princípios para que a discussão sobre o assunto tenha continuidade.

Palabras clave: violência simbólica; masculinidade e gênero

Abstract

The aim of this article is to support a positive campaign against gender violence, or violence against women, by offering an introductory account of its symbolism. First, I set out the case for taking gender and masculinity to be the keys to understanding the symbolism of violence in the context of gender relations. I then use that analysis to bring into focus those cases of violence which are otherwise hidden or unrecognised. Lastly, I offer suggestions as to how the debate may be continued.

Keywords: symbolic violence; masculinity; gender

Considerações Iniciais

A discussão acerca da violência contra a mulher já se faz notoriamente presente tanto no meio acadêmico quanto no espaço social em geral. São inúmeros estudos que vêm aprofundando e ampliando a temática, bem como trazendo subsídios para se lidar com o problema. Esses estudos, ancorados em vários dados nacionais e internacionais, vêm apontando que a violência contra a mulher é uma realidade transnacional e transcultural (Gomes, Minayo, Silva, 2005). Inúmeras são as evidências que apontam a violência cometida contra a mulher, tanto nos espaços privados quanto

públicos, com expressões materiais e simbólicas. Por outro lado, também são grandes as evidências que destacam que os homens, além de serem os principais autores de atos violentos, também são os principais alvos da violência.

Com base nessas considerações, faço um convite para deslocar a discussão da violência contra a mulher para a violência de gênero, focalizando principalmente os modelos de masculinidade que podem estruturar a violência nas relações de gênero. Esse deslocamento, a meu ver, não nega, nem minimiza os fatos de as mulheres sofrerem violências, mas ensaia uma compreensão mais ampliada desses fatos, situando nos cenários das relações de gênero que podem produzir/reproduzir a violência. Nesse ensaio, procuro também situar a discussão mais no plano simbólico do que no âmbito dos aspectos físicos da violência de gênero. Faço isso não para desconsiderar as condições materiais da violência, nem para secundarizar os atos violentos, mas para chamar a atenção de formas de agir/pensar que – embora não sejam vistas como violência – se constituem em expressões violentas.

A partir dessa perspectiva, procuro apresentar a seguir uma discussão introdutória para que ações de enfrentamento da violência de gênero sejam promovidas. Ao adjetivar minhas palavras de introdutórias, procuro situar as minhas considerações a partir de limites para o trato da violência de gênero, evitando reduções ou simplificações de uma temática tão complexa. Por outro lado, o caráter introdutório que imprimo a esta reflexão me serve de alerta para escapar de armadilhas em querer apresentar soluções pouco fundamentadas e com efeitos duvidosos para se lidar com a temática em questão. Assim, de uma forma ou de outra, faço das minhas palavras muito mais um ponto de partida do que um ponto de chegada.

Caminhando nessa lógica, inicialmente procuro apresentar subsídios para que a categoria geral gênero e a categoria específica masculinidade sejam visitadas como porta de entrada para a compreensão da violência de gênero. Em seguida, procuro trazer para o primeiro plano a dimensão simbólica da violência no sentido de dar uma visibilidade maior para instâncias da violência de gênero que não são reconhecidas como tal. Por último, apresento princípios para que a discussão sobre o assunto tenha continuidade.

Gênero e Masculinidade

Scott (1995) observa que a expressão gênero passou a ser empregada como uma forma de rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos sexo e diferenças sexuais, situando a discussão no âmbito da organização social da relação entre os sexos. Nesse sentido, gênero surge historicamente para se referir às diferenças culturais entre os sexos. Ainda segundo a autora mencionada, no século XX, o movimento feminista, por meio do uso dessa expressão, alertava para a inadequação das explicações existentes para as desigualdades entre mulheres e homens, destacando duas premissas fundamentais sobre gênero: ser constitutivo das relações sociais ancoradas nas diferenças percebidas entre os sexos e ser o primeiro campo no qual o poder se articula.

Paralelamente às práticas que procuram dar visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres como forma de enfrentamento da violência de gênero, chamo a atenção para nados usos do gênero que podem – intencionalmente ou não – fortalecer a violência no âmbito das relações de gênero. Isso ocorre principalmente quando se mecanicamente certas características consideradas como femininas às mulheres e, em contrapartida, as vistas como masculinas aos homens. Essa associação, em que

se considera – por exemplo – determinados sentimentos como típicos do feminino, pode contribuir para uma violência na medida em que exclua possibilidade de homens terem tais sentimentos, podendo fazer com que eles se sintam menos homens. Assim, ao se reificar determinadas características como exclusivas de um gênero específico, os discursos podem se configurar como uma faceta da violência (Gomes, 2008).

Pensar sobre gênero significa pensar sobre as relações homem-mulher, mulher-mulher e homem-homem. Há mais de dez anos, venho desenvolvendo estudos, que de certa forma, se tangenciam no campo de gênero. Nessa trajetória, vim formando um conceito acerca dessa expressão. Recentemente em um estudo (Gomes, 2008), com base em várias pesquisas, formulei algumas idéias definidoras sobre o assunto. A primeira delas se volta para o fato de o gênero se referir a atributos culturais associados a cada um dos sexos, contrastando-se com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos, estruturando-se como construções culturais e produzindo efeitos para a produção/reprodução/modelação de ser homem e ser mulher em dada sociedade.

Outra idéia definidora é que os modelos de gênero se constroem a partir de uma perspectiva relacional, significando que o que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino e vice-versa. Essa lógica atravessa vários pares relacionais, como homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher, expressando padrões de masculinidade e feminilidade a serem seguidos e fazendo com que as identidades de homem e mulher se afirmem na medida em que ocorram aproximações e afastamentos em relação ao padrão que concentra maior poder na cultura.

Observo que, no âmbito das relações de gênero, podem ocorrer negociações ou flexibilizações acerca das características dos modelos masculinos e femininos. Isso – no nível do indivíduo e na esfera da sociedade – faz com que, de um lado, se chegue a consensos acerca de características tidas como exclusivas de um gênero e, por outro, tanto possa ocorrer uma não legitimação de identidade de um gênero quanto implicar em transgressões de um gênero na busca de outro.

Por último, em termos de conceito de gênero, destaco que essa expressão só ganha maior entendimento na medida em que é articulada à classe social e raça/etnia, inserindo-se numa discussão mais ampla sobre os aspectos estruturantes na reprodução e produção da identidade social e subjetiva, das relações e das instituições sociais.

No que se refere à masculinidade, baseado em Connell (2007), Keijzer (2003) e Oliveira (2004), entendo tal expressão como um espaço simbólico que serve para estruturar a identidade de ser homem, servindo de modelo para atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Nesse sentido, a masculinidade – situada no âmbito do gênero – representa um conjunto de atributos, valores, funções e condutas a serem seguidos pelo ser homem, variando no tempo e, especificamente, nas classes e nos segmentos sociais.

Dentre os diversos modelos de masculinidade, há aqueles que são mais valorizados em detrimento de outros, afirmando-se com maior legitimidade e apropriando-se de outros modelos. Esses modelos – que concentram maior poder - tornam-se hegemônicos (Cecchetto, 2004). A masculinidade hegemônica, segundo Connell (1997, 2002, 2007) se define a partir de práticas genéricas que expressam padrões aceitos para a posição dominante de homens e a subordinação de mulheres; relaciona-se a um tipo de masculinidade tida como exemplar, não se referindo necessariamente a pessoas mais poderosas; expressa ideais, fantasias e desejos que servem de referência para as relações de gênero, naturalizando as diferenças e as hierarquias de gênero e não se configurando como um modelo fixo que ocorre sempre da mesma forma, nem podendo ser visto isoladamente, mas

como aspecto de uma estrutura maior. O mencionado autor chama atenção para dois aspectos importantes em relação à masculinidade hegemônica: (a) embora seja uma posição de autoridade cultural e liderança, ela não é totalmente dominante porque, junto a ela, persistem outras formas de masculinidades que persistem ao lado dela e (b) ela é hegemônica não precisamente no que se refere a outras masculinidades, mas em relação à ordem de gênero como um todo.

Cada vez mais, vêm se destacando articulações entre masculinidade e violência, com uma inflexão tão acentuada a ponto de a segunda expressão ser entendida como uma pertença à primeira, de uma forma quase que naturalizada. Nesse sentido, o fato de homens expressarem formas de violência poderia ser visto como um pleonasma do exercício da masculinidade. No senso comum, ainda persistem tanto atitudes que desculpam ou licenciam comportamentos violentos masculinos quanto àquelas que cobram certo grau de violência nas condutas masculinas para que os atores dessas condutas recebam o atestado de ser homem. Nesse cenário de associação mecânica entre o ser masculino e o ser violento, as relações de gênero podem ser construídas e reproduzidas a partir de uma lógica de que a violência seria a referência para se diferenciar o homem da mulher.

As considerações sobre masculinidade hegemônica no âmbito das relações de gênero podem subsidiar a discussão da violência cometida contra a mulher, bem como da própria violência que ocorre entre os segmentos masculinos. A partir desses subsídios, observo que não só é possível caminhar em direção do enfrentamento de ações vistas como violentas, como também se pode lidar com outras ações que, embora não sejam vistas como violentas, podem expressar a violência de gênero. Nesse sentido, convido o leitor a refletir acerca da violência simbólica e seus reflexos nas relações de gênero.

A violência simbólica e seus reflexos nas relações de gênero

A violência simbólica é entendida por Bourdieu (1999) como “*violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento*” (pp. 7-8). O mencionado autor, ao falar da violência simbólica, se refere principalmente a mecanismos sutis de dominação e exclusão social que são utilizados por indivíduos, grupos ou instituições.

A dominação masculina é considerada por esse autor como exemplo por excelência da submissão paradoxal, que decorre da violência simbólica. Essa dominação historicamente se mantém a partir de estratégias em diferentes épocas e, por ser sutil, é incorporada pelos sujeitos sem que a percebam. Comumente, essa faceta da violência não só é aceitável como também pode ser vista como natural. Assim, as relações de dominação são incorporadas pelos dominados sem que sejam questionadas (Carvalho, 2006).

Em outro estudo (Gomes, 2008), observo que no “modelo da dominação masculina, são valorizadas características como a força, o poder sobre os mais fracos (sejam sobre as mulheres ou sobre outros homens), a coragem, a atividade (aqui entendida como o contrário de passividade, inclusive sexual), a potência, a resistência, a invulnerabilidade, entre outras qualidades consideradas positivas” (p. 77).

Grossi (2004) considera que, atualmente no Brasil, existem múltiplos modelos de masculinidade, como aqueles que valorizam a honradez e a sensibilidade dos homens. No entanto, apesar de existirem várias masculinidades, segundo a autora, o machismo ainda se faz presente. Sobre isso, ela apresenta o caso de homens que se encontram no topo da escala de sucesso social, denominados de “*homens hegemônicos*”. “*são extremamente competentes profissionalmente, mas muitos deles continuam sendo machistas, pela própria forma com que percebem as mulheres como um objeto de exposição que os auxilia na imagem de poder*” (Grossi, 2004: 29).

O modelo de masculinidade que tem como eixo central o poder, estruturado a partir da noção de que o masculino é superior ao feminino, pode contribuir para que homens exerçam a dominação sobre as mulheres, tornando-as submissas a eles e as excluindo de processos decisórios. Nessa ordem social, através de um processo de violência simbólica, as mulheres não só passam a ser pensadas por meio de uma lógica externa a elas, como também são investidas na função de contribuir para perpetuar ou aumentar o poder dos homens (Bourdieu, 1999). Segundo Carvalho (2006), esse posicionamento que considera o papel da mulher no próprio processo de dominação masculina tem sido questionado com segmentos do movimento feminista. Entretanto, mesmo acolhendo essa crítica dos movimentos sociais que resistem em reconhecer o fato de os dominados contribuírem com a sua própria dominação, essa autora observa que a consciência da dominação e dos mecanismos de violência simbólica nem sempre é suficiente para se combater ou superar determinado estado de coisa.

Sob a lógica da dominação, em que se associa masculino/poder e feminino/subjugação, um homem, além de ser levado a impor relações de hierarquia com a mulher, também compete com outros homens, podendo “feminilizar” outro homem para que possa ser visto com maior poder (Almeida, 2000). Nesse sentido, não só as mulheres são vitimizadas, mas os próprios homens podem, sem se perceberem, cair nas armadilhas da dominação. Ao afirmarem a sua virilidade, podem viver sob o jugo da tensão e da contenção, atravessadas pela violência, física ou simbólica (Bourdieu, 1999).

Princípios para se lidar com a violência de gênero

Com base em vários estudos (Gomes, 2003; Gomes et al, 2005) e retomando aspectos abordados ao longo desta seção, proponho alguns pontos de partida para se lidar com a violência de gênero, alertando para a necessidade de não se reduzir à abordagem dessa temática. Proponho – pontualmente – muito mais princípios para que seja empreendida uma reflexão teórico-prática do que o desenvolvimento de soluções específicas para o problema.

Inicialmente, fazendo minhas as palavras de Bourdieu (1998), destaco que a compreensão da violência simbólica possibilita uma revolução de gênero, desde que essa revolução não se limite à subversão da ordem das coisas, das estruturas materiais, mas que avance para uma sublevação mental, transformando a percepção que perpetua a ordem social existente.

Outro princípio que proponho é que tanto a violência contra a mulher quanto àquela voltada para o homem seja situada num cenário das relações de gênero. A compreensão desse cenário – que de certa forma gesta parte das situações de violência vivenciadas por pessoas – pode propiciar um avanço na discussão acerca do problema, bem como, por consequência, pode melhor instrumentalizar ações que visem a transformação dessas relações.

Especificamente no que se refere ao debate da violência contra a mulher, retomo um princípio abordado por mim anteriormente (Gomes, 2003), que destaca a necessidade de se deslocar o debate da redução da mulher como objeto da violência – expresso numa vitimização exclusiva – para a promoção do sujeito que vivencia situações de violência – ancorada numa perspectiva relacional de gênero. Esse debate, caminhando na direção oposta de reificação das associações homem-agressor e mulher-vítima, pode contribuir para que as pessoas (homens e mulheres), frente às diferenças, não promovam a desigualdade ou contribuam para que ela se perpetue.

Por último, chamo a atenção para que haja um maior investimento na compreensão de como funcionam e como se promovem as redes de apoio. Que esse investimento, à medida que ganhe maior densidade e maior êxito, consiga avançar para que as redes não só apoiem as pessoas em situações de violência, mas que também consiga apoiá-las na promoção de uma cultura da paz.

Referências

- Almeida, Miguel V. de (2000). *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século [Coleção Antropológica].
- Bourdieu, Pierre (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (1998). Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. En: Daniel, Lins (Ed.), *A dominação masculina revisitada* (pp. 11-27). Campinas: Papyrus Editora.
- Carvalho, Ana Paula S. (2006). As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. Acesso 07 ab 2008 em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf
- Cecchetto, Fátima Regina (2004). *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Connel, Robert W. (1997) La organización social de la masculinidad. En: Teresa Valdes y José Ollavarria (Ed.), *Masculinidades: Poder y crisis* (pp. 31-48). Santiago de Chile: FLACSO-Ediciones de las Mujeres, nº 24.
- Connel, Robert W. (2002). On hegemonic masculinity and violence: response to Jefferson and Hall. *Theoretical Criminology*, 6(1): 89-99.
- Connel, Robert W. (2007). *Understanding men: gender sociology and the new international research on masculinities*. Acesso 22 set 2007 em: www.europrofem.org/contri/2_04_en/research-on-masculinities.pdf
- Gomes, Romeu (2003). A mulher em situação de violência sob a ótica da saúde. En: Maria Cecília de S. Minayo (Ed.), *Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira* (pp. 199-222). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Gomes, Romeu (2008). *Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de S. y Silva, Cláudio Filipe R. (2005). Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: Ministério da Saúde, *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp. 117-140). Brasília: Ministério da Saúde.
- Grossi, Miriam P. (2004). Masculinidades: uma Revisão Teórica. *Antropologia em primeira mão*, 75. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa.
- Keijzer, Benno de (2003). Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina, En: Carlos Cáceres et. al. (Ed.). *La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina* (pp. 137-52). Lima: Facultad de Salud Pública y Administración de la Universidad Peruana Cayetano Herida.
- Oliveira, Paulo P. (2004). *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lílian B. Schraiber, Romeu Gomes y Márcia Thereza Couto (2005). Homens na pauta da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (1): 7-17.
- Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2): 5-22.

Formato de citación

Gomes, Romeu. (2008). A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: uma discussão introdutória. *Athenea Digital*, 14, 237-243. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/520>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

